

ISBN 978-85-7267-094-4

LUGAR DE FALA

UMA REFLEXÃO DE DIREITOS HUMANOS

ORGANIZAÇÃO

ANA CAROLINA FIGUEIRÓ LONGO

CEUB

EDUCAÇÃO SUPERIOR

LUGAR DE FALA

*Uma reflexão de direitos
humanos*

Organização
Ana Carolina Figueiró Longo

**Brasília
2022**



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB

Reitor

Getúlio Américo Moreira Lopes

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FAJS

Coordenação

Dulce Donaire de Mello e Oliveira Furquim

Documento disponível no link
repositorio.uniceub.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lugar de fala: uma reflexão de direitos humanos / organizador, Ana Carolina
Figueiró Longo – Brasília: CEUB, 2022.

54 p.

ISBN 978-85-7267-094-4

1. Direitos humanos. I. Centro Universitário de Brasília. II. Título.

CDU 342.7

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

Centro Universitário de Brasília – CEUB
SEPN 707/709 Campus do CEUB
Tel. (61) 3966-1335 / 3966-1336

SUMÁRIO

<i>Izadora Araujo de Santana</i>	06
<i>Lavinia Nunes Fontanive</i>	10
<i>Carolina de Sousa Dourado Bastos</i>	14
<i>Carolina Santos Caruso</i>	18
<i>Júlia Rocha Severo dos Santos</i>	22
<i>Juliana Andrade Oliveira Amorim</i>	26
<i>Larissa Ramos Frensch</i>	29
<i>Júlia Condé Dantas</i>	32
<i>Ricardo Menezes Marques Tocchio</i>	35
<i>Matheus Barbosa Reis</i>	38
<i>Meiriele de Moraes Ávila</i>	42
<i>Geovanna Gravia Pimenta</i>	46
<i>Yaná Jinkings de Azevedo</i>	51

INTRODUÇÃO

A turma A de Formação Profissional Integrada do segundo semestre de 2022 do Curso de Direito, no campus da Asa Norte, matutino, do UniCEUB, participou de um projeto para refletir os Direitos Humanos em suas vidas e como estas percepções podem interferir na condução de sua vida pessoal e profissional.

O primeiro passo foi entrar em contato o conceito de Direitos Humanos, assim como refletir em que momentos, à nossa volta, ocorrem violações. Para tanto, os alunos foram chamados a buscar em notícias da imprensa escrita e falada, em podcasts, em cenas de seu cotidiano, o que poderia ser considerado uma violação a direitos. Estas observações passaram a ser discutidas, entre os alunos, por meio de um fórum.

Depois, em uma camada mais profunda do debate, reconhecendo que há diversos grupos que são mais afetados por estas violações, acrescentou-se um pouco à reflexão que foi a invisibilidade das pessoas que sofrem violação a seus direitos.

Reconhecer, portanto, o lugar de fala de pessoas que são invisibilizadas socialmente foi o próximo passo que os alunos foram chamados a fazer. Eles e elas redigiram textos refletindo sobre a temática, para perceber que, muitas vezes, estamos diante de violações a direitos humanos diante de nossos olhos e sequer conseguimos perceber.

Além disto, foi interessante compreender e discutir que a maior parte das políticas públicas são feitas por homens brancos e heterossexuais e que as minorias afetadas por omissões estatais ou descaso social acabavam não participando dos debates. Percebendo que cada um tem o seu lugar de fala e o das minorias deve ser deslocado para os centros decisórios, foi importante para ampliar as percepções sobre a humanidade que a aplicação do direito deve ter.

Dentro deste ambiente reflexivo, os melhores textos foram reunidos nesta obra, de modo a publicizar, para além da sala de aula, as percepções e reflexões sobre direitos humanos e como é necessário ampliar as discussões, para construir juristas mais conscientes de seu papel e responsabilidade social de, por meio de seu trabalho, produzir mudanças sociais efetivas.

Uma ótima leitura! E parabéns a todos os alunos pelos esforços para produzir ótimas reflexões.

Ana Carolina F. Longo
Professora

LUGAR DE FALA

Izadora Araujo de Santana

A escritora, feminista negra, acadêmica brasileira e filósofa, Djamila Ribeiro, em seu livro “Lugar de Fala” questiona quem possui e o que é o lugar de fala, citando vários autores em grande maioria mulheres negras. Dentre os pensadores, Djamila cita a filósofa, autora e antropóloga brasileira, Lélia Gonzalez, que discursa sobre quem tem voz para falar sobre tal assunto ou não, como por exemplo o machismo e o racismo, quais vozes seriam validadas para falar destes assuntos com propriedade, para a autora seria as pessoas que sofrem essa discriminação, neste caso as mulheres e as indivíduos da raça negra.

Para além da questão concreta daquela mulher ser obrigada a calar-se, a usar um artefato em sua boca, Kilomba pensa essa máscara como a afirmação do projeto colonial. Vê essa máscara como “a mask of speechless” – em tradução literal ‘a máscara daquelas que não podem falar’. Nessa perspectiva, essa máscara legitima a política de silenciar “Os Outros”, afirma a pensadora. As perguntas que a autora faz neste capítulo são importantes para a nossa reflexão de quem pode falar. Questiona: “Quem pode falar?”, “O que acontece quando nós falamos?” e “Sobre o que é nos permitido falar?”.(RIBEIRO, 2019, p.43)

Estes questionamentos são necessários para que se possa compreender o lugar de fala. Exemplificando o contexto da época da colonização as pessoas que tinham o direito de fala eram os europeus, e caso os indígenas tentassem ter algum tipo de voz no povoado, os colonizadores europeus iriam impor limites para que estes fossem silenciados, por meio do medo, represálias, castigos, ou até mesmo muitas vezes violência física. Então concordar com o discurso do opressor se tornou um modo de sobrevivência.

As perguntas “O que acontece quando nós falamos?” e “Sobre o que é nos permitido falar?” são bastante intrigantes, uma vez que o sujeito recebe o lugar de fala alguns pensam que tem o direito de comentar sobre todos os diferentes tópicos

possíveis, não somente o qual lhe compete, porém o que lhe é permitido falar se trata das experiências pessoais, algo que você seja, tenha aprendido, vivenciado; não deve se referir às vidas alheias, pois cada um tem suas vivências particulares e únicas.

Na citação a seguir a autora Patrícia Hill Collins disserta sobre a teoria do standpoint usada para analisar discursos intersubjetivos, ou seja, que ocorre entre modos próprios de pensar ou de enxergar o mundo. Essa forma de trabalho propõe que a autoridade está enraizada no conhecimento dos indivíduos e no poder que a autoridade exerce.

“Em primeiro lugar, o standpoint theory refere-se a experiências historicamente compartilhadas e baseadas em grupos. Grupos têm um grau de continuidade ao longo do tempo de tal modo que as realidades de grupo transcendem as experiências individuais. Por exemplo, afro-americanos, como um grupo racial estigmatizado existiu muito antes de eu nascer e irá, provavelmente, continuar depois de minha morte. [...] Argumentar que os negros, como grupo, irão se transformar ou desaparecer baseada na minha participação soa narcisista, egocêntrico e arquetipicamente pós-moderno. (COLLINS, 1997, p. 9.)

Collins compreende que o ponto introdutório não é necessariamente sobre as experiências de cada indivíduo, mas o contexto social o qual está inserido, como os grupos sociais, que lhe dão acesso ou não para ocupar tal lugar na sociedade. Isto significa que o lugar social importa mais do que as experiências pessoais, assim restringindo estes grupos sociais de diversas oportunidades.

Djamila Ribeiro, no livro Lugar de fala, explica a importância de entender que a posição social não limita o seu lugar de fala.

“O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas (...) Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade.” (RIBEIRO, 2019, p.39-40)

Assim promovendo uma pluralidade de vozes o que lhe é devido, acima de tudo, com o discurso único rompendo essa barreira, tornando-se universal. Principalmente lutando para romper com o regime de autorização discursiva. Dessa maneira, o apagamento das pessoas de raça negra surge a partir da impossibilidade de acessar espaços como as universidades, empregos e os produtos da mídia de

entretenimento, visto que o grupo social possui a sua própria voz, porém não há meios para que ela seja escutada.

O preconceito é bastante discutido de acordo com a psicologia social no livro *Psicologia Social do Preconceito e do Racismo*, do autor e psicólogo, Marcus Eugênio Oliveira Lima, neste livro ele faz referência a uma fábula indiana que elucida como o preconceito é expressado.

Uma famosa fábula indiana foi retratada pelo poeta norte-americano Godfrey Saxe (1816-1887), trata-se da história de seis sábios que acreditaram que suas observações individuais agrupadas poderiam fornecer uma boa figura do que é um elefante. Os seis eram cegos. O primeiro deles abordou o animal no seu lado mais robusto e afirmou: “O elefante se parece com uma parede!”. O segundo tocou as presas e corrigiu: “Trata-se de uma lança!”. O terceiro apalpou a tromba do elefante e decretou: “É semelhante a uma cobra!”. O quarto analisou o joelho do animal e disse: “É muito parecido com uma árvore!”. O quinto, tocando as orelhas, acreditou que era um abano. Finalmente, o sexto homem, mal começando a tatear o animal, tocou sua cauda e peremptoriamente definiu: “É muito parecido com uma cobra!”. Os homens então passam a discutir, todos parcialmente certos e ao mesmo tempo todos errados, e não chegam a um acordo. (LIMA, 2020, p.18)

Com o conto dessa fábula é notado que, nenhum dos homens chegaram a um comum acordo de como era um elefante, deste modo pode-se relacionar a conclusão dessa fábula com o preconceito, uma vez que, os toques no elefante seria o primeiro contato com a percepção de preconceito e cada homem cego dando a sua perspectiva sobre o animal seria sobre como cada indivíduo na sociedade tem contextos sociais diferentes, pois cada um deles tocou numa parte diferente do elefante, assim tendo pontos de vista distintos.

Rosane Borges para a matéria, *O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público*, diz que o lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo.”(RIBEIRO, 2020)

Portanto, todos possuem o lugar de fala, de acordo com o seu contexto social, emocional, histórico; a fim de gerar debates e reflexões mais conclusivas no corpo social. Para isso, é necessário que os grupos sociais privilegiados fiquem cientes da

repercussão causada pela hierarquia criada a partir deste lugar de fala, e consequentemente o impacto desta definição nos grupos desfavorecidos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. *Contracampo*, n. 12, p. 103- 114, jan./jul., 2005.

COLLINS, Patricia Hill. “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”: Onde está o poder? *Signs*, v. 22, n. 2, p. 375- 381, 1997. [Tradução de Juliana Borges]

LIMA, Marcus Eugênio O. *Psicologia Social do Preconceito e do Racismo*. Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9786555500127. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500127/>. Acesso em: 21 set. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

LUGAR DE FALA

Lavinia Nunes Fontanive

Lugar de fala é um conceito que tem invadido as discussões e debates atuais quando falamos de minorias e experiências sociais. Basicamente, refere-se à autoridade que um indivíduo possui para falar sobre a sua situação social enquanto pertencente a um grupo minoritário, seja racial, de gênero, religioso, político etc. O conceito principal no Lugar de Fala é entender que, mesmo que diferentes pessoas compreendam as situações sociais, quem possui argumentos de autoridade sobre essas situações são os grupos que possuem experiências com essas realidades. O conceito se popularizou depois que a filósofa Djamila Ribeiro lançou o livro “O Que É Lugar de Fala?”

Mas se engana quem crê que o lugar de fala é um conceito voltado apenas para as minorias. Grupos privilegiados também se beneficiam, pois, todo mundo têm um lugar de fala. O objetivo é trazer diversidade aos debates, fazendo com que grupos não-hegemônicos, possam pautar discussões e contribuir para a quebra de um discurso universal promovido por uma sociedade branca, patriarcal, cis e heterossexual.

Para Djamila, lugar de fala se refere ao debate de poder a partir da localização de um indivíduo dentro da estrutura social. Ou seja, é a maneira como cada pessoa se posiciona e debate questões sociais a partir do seu lugar social. Não se trata de individualismo, mas das experiências comuns a grupos.

“Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados.”

Segundo o livro de Djamila Ribeiro, algumas hierarquias sociais podem mudar, outras não. Por exemplo, o lugar de fala com base na raça de um indivíduo não muda, no entanto quando este sai da pobreza para uma situação de riqueza, há um novo lugar de fala.¹

Essas alterações na localização social admitem constantes reflexões sobre hierarquias sociais e pertencimento a grupos, assim como são capazes de promover empatia ao partilhar novas experiências coletivas, expandindo o debate.

Estamos vivendo tempos sombrios em relação as minorias. Grupos extremistas têm atacado de forma violenta e manipuladora a opinião pública com reações de repulsa e intolerância. Com ideias e práticas alinhadas ao fascismo, seus posicionamentos fundamentalistas impedem, de alguma maneira, o debate saudável sobre diversos aspectos, especialmente, os ligados as liberdades, pessoas negras, as mulheres e de outros grupos minoritários.

Ciani Neves vai dizer, “E, por essa razão, propus-me o desafio de chamar a atenção para a importância e necessidade em se reconhecer o protagonismo das mulheres negras como sujeitos políticos que têm feito intervenções históricas no tocante à pauta de direitos humanos e cuja invisibilidade persiste como um dos sustentáculos da estrutura excludente das sociedades pautadas nas opressões de raça, gênero e classe, que têm as mulheres negras pobres como alvo preferencial da política de negação de sua humanidade e, conseqüentemente, na legitimação do genocídio negro, que se abate sobre o povo negro de diversas formas, sendo o silenciamento e o apagamento apenas duas delas.”²

O que está sendo feito no Brasil para garantir a representatividade política e jurídica da mulher negra? Há baixa representatividade política e jurídica da mulher negra, em comparação à masculina, consolida assim a redução dos espaços de fala, afetando o exercício da cidadania e das identidades.

Segundo Mariana Andrade e Eduardo Pinto “A participação consciente nas decisões que regem o processo democrático necessita de pessoas livres, emancipadas

¹ RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG), 2017.

² NEVES, Ciani Sueli das. O Lixo Vai Falar: Racismo, Sexismo e Invisibilidades do Sujeito Negro nas Narrativas de Direitos Humanos. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n. 2 p.116-133, 2020.

em suas ideias, inquietas em seus ideais, mas também reconhecidas em seu lugar de fala, incluindo-se a mulher e as diversas manifestações do feminismo. Assim deve seguir a Constituição: como espaço de diálogo para os diversos grupos sociais, que se reconheçam no texto legal e consolidem a legitimidade da norma.”

Essa igualdade de oportunidades, depende da representatividade nos espaços sociais e políticos.

“O exercício da cidadania exige a ocupação de espaços sociais de maneira integrada, rompendo a narrativa dominante e o racismo estrutural. Mas ocupar espaços exige equalização de condições, visibilidade sobre as desigualdades e presença ativa nos processos decisórios. A representatividade importa, porque possui correlação estreita com o exercício das identidades. Portanto, é preciso verificar o nível de participação da mulher negra em esferas sociais diferentes (política, social, intelectual, científica, artística, jurídica etc.), para compreender as razões pelas quais as variações do feminismo negro ainda não alcançaram seu lugar de fala.”³

Lugar de fala e representatividade são repetidamente usadas como sinônimas, mas não são. São ideias complementares. Para falar sobre feminismo, não é necessário ser mulher. Para falar sobre racismo, não é necessário ser negro. O debate se constrói permitindo que todas as experiências sejam consideradas, mas o ponto de vista de maior destaque pertence ao local social onde o abuso ocorre com mais frequência trazendo um enriquecimento ao debate. É aí que entra o conceito de lugar de fala. Já representatividade encoraja para que mais pessoas que se encontram em determinado lugar social saibam que também têm direito ao discurso. Ampliando a voz de grupos sociais geralmente silenciados.

Assim, a ideia de lugar de fala se posiciona no debate atual como um lugar político, autônomo e de voz que busca uma posição de igualdade entre a criação de discursos. Evitando, dessa forma, a reprodução de estruturas de dominação de discursos e de práticas sociais que marginalizem as minorias.

³ ANDRADE, Mariana Dionísio de; PINTO, Eduardo Régis Girão de Castro. Políticas públicas para a articulação de gênero e raça: meios para garantir a representatividade política e jurídica da mulher negra no Brasil. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n. 2 p.287-308, 2020.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariana Dionísio de; PINTO, Eduardo Régis Girão de Castro. Políticas públicas para a articulação de gênero e raça: meios para garantir a representatividade política e jurídica da mulher negra no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2 p.287-308, 2020.

NEVES, Ciani Sueli das. O Lixo Vai Falar: Racismo, Sexismo e Invisibilidades do Sujeito Negro nas Narrativas de Direitos Humanos. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2 p.116-133, 2020.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG), 2017.

LUGAR DE FALA

VOZES DA ACADEMIA: CARÁTER DE GÊNERO NO MEIO CIENTÍFICO

Carolina de Sousa Dourado Bastos

“Silenciadas pelo patriarcado, frágeis e incapazes de sobrepor o pensamento racional às batidas do coração”. A presença feminina no espaço, desde os tempos antigos, foi imensamente estigmatizada. Metaforicamente falando, no filme da vida, construções culturais, princípios religiosos e convenções sociais impuseram à mulher um papel de “atriz coadjuvante”. Este mesmo “filme”, tem, desde sempre, em seu enredo, a figura masculina como ocupante máxima do posto de ator principal.

O decorrer da história da humanidade evidencia a constante, e árdua busca por direitos, e espaços pela face feminina da sociedade. Na Grécia antiga, por exemplo, eram indignas, assim como outras minorias da época, para receber o título de cidadãs. Impossibilitadas de participarem ativamente da sociedade.

O zelo pelo lar e pela família, a boa postura, interesses e desejos predefinidos socialmente, limitavam a visão ampla dos lugares potencialmente ocupáveis por elas, mulheres. Eram desde criança, inclinadas à ocupação de cargos singelos, longe de qualquer esfera pragmática, objetiva, e de certa forma, séria¹. O campo político, por exemplo historicamente disputado por figuras masculinas, ainda na atualidade, é composto majoritariamente por homens.

A academia, enquanto organização científica, foi por muito tempo um outro espaço de predominância do sexo oposto, fazer parte do ambiente acadêmico era sinônimo de poder e relevância. Dois atributos, incapazes de serem atribuídos efetivamente, a mulheres até o século XX. Historicamente, o processo de criação das

¹ VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

universidades foi extremamente discriminatório. Somente em meados do século XIX, jovens mulheres passaram a frequentar os campi, claro, sob olhares de julgamento.²

O rompimento maior no cenário machista presente no espaço produtor de conhecimento, se deu a partir da ascensão dos movimentos feministas do século XX. A luta por direitos civis, políticos e conseqüentemente de voz, abriu caminhos para que hoje tivéssemos produções femininas de grandíssima relevância para a evolução da humanidade.

Marie Curie, a insubstituível cientista por trás dos estudos sobre a radioatividade, sofreu na pele, a imposição do silêncio pela classe dominante da época. A legitimidade de seus resultados, foi amplamente questionada, e colocada à prova em detrimento de seu gênero. Em meio às pesquisas, contou com seus parceiros de laboratório, incluindo seu marido, para apresentar suas teorias às bancas da academia.

Em um panorama nacional, a luta por direito de voz e representatividade é recorrente até os dias atuais. Uma das grandes figuras brasileiras responsável por popularizar a importância de reivindicar voz em todos os espaços é a filósofa e escritora Djamila Ribeiro. Mulher, negra e intelectual, expõe de maneira crítica a ausência da figura feminina em lugares de relevância em sua obra: Lugar de Fala”.

A permanência da invisibilidade feminina ao longo do tempo, se manteve exatamente pela expressão das vontades se tratar da manutenção das relações de poder. Djamila cita no texto Simone de Beauvoir. Esta que identifica a relação entre homem e mulher, como a manutenção de poder. A postura da mulher frente à figura masculina, é identificada como de submissão, enquanto o sexo oposto nada mais representa que a dominação.³

² YANNOULAS, Silvia; VALLEJOS, Adriana; LENARDUZZI, Zulma. Feminismo e academia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000.

³ RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

Ainda em Beauvoir, Djamila expõe que além da postura de submissão, o sexo feminino foi constituído como um objeto, determinado para cumprir uma única função e nada mais, como exemplo, compara à função do objeto cadeira. Limitada.⁴

A pesquisa científica, exige habilidades muito além das limitadas ressaltadas pela autora. Demanda capacidade crítica, conhecimento e articulação de ideias, competências inalcançáveis sem o uso da dialética, e da presença.

Outra mulher da academia pioneira na divulgação de ideais igualitários, foi a escritora inglesa Virginia Woolf, que em várias de suas obras critica fortemente o patriarcado dominante. A célebre frase da autora sobre a produção literária feminina: mulheres, antes, precisam ter dinheiro e um teto só seu. Reafirma a crítica de Simone à postura de submissão, ao pontuar a relevância da liberdade feminina.⁵

Ainda que atualmente a participação feminina no meio científico tenha tido considerável avanço, uma recente pesquisa realizada pela UNESCO no ano de 2020, explicita as presentes sequelas do cenário discrepante em que se desenvolveu a ciência. Em escala global, as mulheres cientistas representam menos de 50% de profissionais da área, cerca de 30%. No Brasil, a parcela é de 40%.⁶

Por isso, o constante debate sobre superar números tão diferentes é indispensável, a presença de mulheres falando para mulheres, o que devem minimamente ter como garantia, constitui em uma estratégia para o "despertar da consciência" feminina de que podem, são capazes e devem, se quiserem, admitir postura objetiva, pragmática e séria perante sociedade.

REFERÊNCIAS

DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes femininas na novíssima narrativa brasileira. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, v. 11, p. 19-26, jan. /Fev. 2001. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2240/1797>>. Acesso em: 20 set. 2022.

⁴ RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

⁵ DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes femininas na novíssima narrativa brasileira. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, v. 11, p. 19-26, jan. /Fev. 2001. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2240/1797>>. Acesso em: 20 set. 2022.

⁶ Mulheres que pesquisam mulheres: mais protagonismo para a sociedade e para a ciência. **PUCRS Pesquisa**, Porto Alegre, 11 de Fev. de 2022. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/blog/mulheres-na-ciencia>>. Acesso em: 22 de set. de 2022.

FONTANA, M. Z. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 12, n. 18, 2018. DOI: 10.22456/2594-8962.79457. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 20 set. 2022.

Mulheres que pesquisam mulheres: mais protagonismo para a sociedade e para a ciência. **PUCRS Pesquisa**, Porto Alegre, 11 de Fev. de 2022. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/blog/mulheres-na-ciencia/#:~:text=Apesar%20do%20avan%C3%A7o%20da%20presen%C3%A7a,pesquisadoras%20representam%2040%2C3%25.>>. Acesso em: 22 de set. de 2022.

PUGLIESI, Gabriel. Um sobrevoo no "Caso Marie Curie": um experimento de antropologia, gênero e ciência. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 347-385, set. 2008.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

YANNOULAS, Silvia; VALLEJOS, Adriana; LENARDUZZI, Zulma. Feminismo e academia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000.

PENSAR: LUGAR DE FALA

Carolina Santos Caruso

Trata-se de reflexão acerca do conceito de lugar de fala, tendo como base a obra intitulada “O que é lugar de fala” da filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica Djamila Ribeiro.

A partir da leitura do livro, podemos entender lugar de fala como o ponto a partir do qual o indivíduo compreende o mundo. Além disso, mostra que essa compreensão é perpassada por elementos estruturais como, por exemplo, raça, classe e gênero, o que fica evidente no excerto a seguir retirado do livro: “[...] quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania.” (RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, percebe-se que lugar de fala não pode ser entendido exclusivamente como uma forma individualizada de se compreender o mundo, ainda que tenha na visão da pessoa seu ponto de partida. Ou seja, a experiência do indivíduo importa, mas entender as condições sociais as quais o indivíduo está inserido e as experiências que a pessoa compartilha enquanto grupo devem ser o foco. Vejamos o excerto a seguir:

Reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro, pois aqui existe um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito a fala, à humanidade. O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso. E, sabemos o quanto alguns grupos adoram fazer uso dessas pessoas. Mas o fato dessa pessoa dizer que não sentiu racismo, não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidades e direitos. A discussão é sobretudo estrutural e não “pós-

moderna” como os acusadores dessa teoria gostam de afirmar. (RIBEIRO, 2017)

Seguindo este raciocínio, Pereira afirma que lugar/posição de fala não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo, mas trata-se de um conceito que parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam desigualmente posicionadas.

Seria, portanto, uma análise a partir da localização dos grupos nas relações de poder, levando em conta os marcadores sociais como elementos dentro de construções múltiplas na estrutura social. Nessa lógica, o conceito parte das múltiplas condições que geram as desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados. (PEREIRA, 2018)

Em seu artigo “O que é lugar de fala?”, Pereira traz a reflexão de Djamila sobre as heterogeneidades que circundam a categoria mulher negra, ressaltando que não se deve negar uma identidade para afirmar outra. Traz a ideia de que é necessário reconhecer as diferenças e a noção que mulheres negras e brancas partem de pontos de partidas diferentes. Seguir ignorando que existem pontos de partidas diferentes faz com que mulheres brancas, por exemplo, continuem incapazes de perceber sua responsabilidade com a mudança social e, conseqüentemente, reproduzam opressões contra as mulheres negras. (PEREIRA, 2018)

De acordo com Ribeiro, existe uma diferença fundamental entre lugar de fala e representatividade. “Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa.” (RIBEIRO, 2017).

Todos possuem lugar de fala e reconhecer isso não significa que os sujeitos mais privilegiados na estrutura social podem se desobrigar da responsabilidade de enfrentar essas desigualdades a partir do reconhecimento dos seus privilégios. Conforme Ribeiro, “[...] falar a partir de lugares, é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem.” (RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, Kyrillos destaca duas questões relevantes: por um lado tem-se a importância de que pessoas que se aproximam da norma hegemônica construam conhecimento considerando seu próprio lugar de fala, ou seja, pessoas brancas

refletindo sobre branquitude, homens sobre masculinidade, etc; Por outro lado, trata-se de reconhecer a legitimidade da fala das pessoas que não estão inseridas na norma hegemônica. (KYRILLOS, 2018).

É preciso reconhecer que as pessoas podem falar sobre quaisquer abordagens, ou seja, tanto as que se aproximam de suas vivências como as que são tidas como independentes do lugar de fala. Nesse sentido, faz sentido citar a indagação feita por Ribeiro: “Quando existe algum espaço para falar, por exemplo,

para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra?” (RIBEIRO, 2017). Então vale reforçar a máxima que “Lugar de fala” não existe para impor barreiras sobre quem pode falar sobre determinados assuntos, mas sim o reconhecimento de que todas as pessoas abordam quaisquer assuntos a partir de um ponto de partida individual.

Ribeiro fala que “O não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo.” (RIBEIRO, 2017). Essa afirmação respalda sua crítica às mulheres brancas que se eximem de sua responsabilidade em reconhecer seu lugar de fala, o que gera uma visão parcial sobre o que é ser mulher no mundo.

Outra afirmação relevante apresentada por Ribeiro é: “[...] por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos.” (RIBEIRO, 2017,).

Djamila Ribeiro aborda o tema “lugar de fala” com maestria e nos ensina que o conceito não nega as experiências individuais, mas que o foco é o reconhecimento do *locus* social e da reflexão sobre como as diferentes posições dificultam as possibilidades de transcendência. A autora nos faz refletir que todas as pessoas possuem lugares de fala e instiga o grupo social privilegiado dentro do *locus* social a pensar sobre como as hierarquias produzidas pela localização social impactam diretamente na constituição dos lugares dos grupos subalternizados. Como Pereira afirma, pensar “lugar de fala” é uma postura ética. (PEREIRA, 2018).

REFERÊNCIAS

KYRILLOS, Gabriela M. “O que é lugar de fala?” de Djamilia Ribeiro. **Captura Críptica**: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3340/2613> Acesso em: 22 set. 2022.

PEREIRA, Artur Oriel. O que é lugar de fala? **Leitura**: Teoria & Prática, Campinas, São Paulo, v.36, n.72, p.153-156, 2018. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/viewFile/670/448> Acesso em: 22 set. 2022.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

LUGAR DE FALA

Júlia Rocha Severo dos Santos

A ideia de lugar de fala se popularizou no Brasil com o livro “O que é lugar de fala”, de Djamila Ribeiro, escritora, filósofa, feminista negra e acadêmica brasileira. E, segundo a definição da autora, o conceito de lugar de fala é uma tentativa de entender qual a realidade social, financeira e pessoal do locutor, ao se tratar de determinado tema. De acordo com ela, cada um enxerga o mundo de um jeito, sendo essa maneira de vê-lo influenciada pela sua classe social, gênero, cor de pele e cultura. Logo, as diferentes interpretações são baseadas nas experiências vividas por cada indivíduo. Para Djamila, o conceito do lugar de fala favorece a participação de grupos que têm menos voz ativa nas decisões e rumos da sociedade. Já que, devido a hierarquia estruturada da sociedade, as vozes de grupos minoritários são tratadas de modo inferior e, assim, a própria estrutura social os mantém em um lugar de silêncio.¹

Entretanto, há pessoas que não concordam com esse conceito, como Aluísio Dantas, professor e coautor dos programas de formação literária “Our home is cool”, que acredita que a premissa por trás da ideia de lugar de fala, de que você só pode opinar ou falar sobre o que você viveu, é falsa. Visto que todos os seres humanos podem fazer reflexões sobre questões que estão para além da sua experiência imediata. Além dele, Ana Campagnolo, professora e deputada federal, diz que o lugar de fala é apenas uma justificativa para invalidar a opinião alheia. Pois, mesmo que no livro Djamila Ribeiro afirme que ninguém está proibido de falar, mas que deve justificar e falar do seu lugar, no momento em que alguém se justifica pelo lugar em que está falando, mesmo que possa opinar, sua opinião própria está sendo deslegitimada.

¹ RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

Com isso, para os que defendem o conceito em questão, o lugar de fala tem como objetivo oferecer visibilidade a grupos minoritários ou pessoas cujas ideias foram desprezadas durante muito tempo. Mas, para os detratores da ideia, o termo serve para silenciar vozes dissidentes e restringir o diálogo e a troca de impressões. Portanto, após essa breve introdução sobre o assunto, é válido também frisar alguns “lugares de fala”.

Um dos principais assuntos na atualidade é o feminismo. Por anos as mulheres foram tidas como inferiores, frágeis e inúteis e, uma das principais razões disto é a herança do patriarcado que ainda reside na sociedade. No artigo de Alice do Nascimento Sampaio e Heitor Ferrari Marback, que trata do feminismo e o lugar de fala, eles ressaltam a importância das redes sociais nesta luta, pois é notório que a disseminação dos ideais feministas ganhou status entre os tópicos principais da contemporaneidade. Nele, pretendeu-se entender a importância do lugar de fala e do empoderamento feminino dentro desse contexto turbulento, no qual tais aspectos são tão discutidos. Por fim, falam que com a força e o alcance das redes sociais, o movimento feminista abre cada vez mais portas, chega cada vez mais longe e encontra cada vez mais mulheres para dar voz.²

Há também, a importância do lugar de fala da comunidade LGBTQIA+, que trata-se de um movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade em que cada letra representa um grupo de pessoas. Os autores Marco Aurélio Almeida Soares, doutor em educação e pedagogo, e Magno Vieira, doutor e professor do programa de pós-graduação em educação, buscam em seu artigo compreender a importância do lugar de fala dentro dos agrupamentos daqueles que se entendem LGBT. A pesquisa traz como problemática o seguinte questionamento: Qual a importância do lugar de fala na compreensão do Universo LGBT? A construção da presente pesquisa, parte da

² DO NASCIMENTO SAMPAIO, Alice; MARBACK, Heitor Ferrari. **Feminismo e o lugar de fala nas redes sociais**. Artigo, 2021

compreensão da não homogeneidade dos grupos LGBT+, bem como os diferentes recortes vivenciados pelos indivíduos.³

Mesmo já tendo citado é necessário falar novamente sobre o lugar de fala da mulher, especificamente da mulher negra. O fato de ser mulher em uma sociedade machista e ainda com costumes do patriarcado já é uma dificuldade. E, quando ligado ao racismo, que é outra questão também enraizada na sociedade brasileira desde que era uma colônia de Portugal, torna a vida dessas mulheres ainda mais difícil. Esta análise é feita no artigo de Roselene Cardoso Araujo e de Paulo Antônio Vieira Júnior, que ligam a questão ao livro “Olhos d’água”, de Conceição Evaristo. A pesquisa parte da perspectiva de que Evaristo empreende a descolonização da mulher negra ao situá-la em um espaço discursivo rumo à libertação da herança colonialista. No processo que a autora chama de “escrevivência”, ela coloca em evidência, no centro das narrativas, figuras da sociedade que se localizam no gueto, no espaço ignorado e se vinculam a uma cadeia hierárquica social na qual, no topo, está o homem branco, depois a mulher branca, subsegue o homem negro e, por último, a mulher negra, uma subcategoria duplamente subalternizada. O suporte teórico que dirige as análises reside, principalmente, nas obras de autoras que debatem os conceitos de lugar de fala, feminismo negro, literatura de autoria feminina e a intersecção gênero, etnia e classe social, como a Djamila Ribeiro.⁴

Portanto, é evidente a importância de Djamila Ribeiro para a popularização do termo “lugar de fala” no Brasil. Além disso, fica claro o quanto esse tema é abrangente e extremamente necessário para a luta pela igualdade. Visto que, representa a garantia de liberdade para cada grupo se reconhecer e compreender em qual lugar social se encontra para falar com propriedade a partir dele. Logo, o lugar de fala não se trata de quem pode e quem não pode falar.

³ DE ALMEIDA SOARES, Marco Aurélio; VIEIRA, Magno. **Importância do lugar de fala nas lutas coletivas: o movimento LGBT e os atravessamentos causados pelo racismo**. Editora Ilustracao, 2020.

⁴ ARAÚJO, Roselene Cardoso e VIEIRA JUNIOR, Paulo Antônio. **Olhos d’Água e o lugar de fala da mulher negra**. Artigo, 2020

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
<https://doaj.org/article/bd6a05a6391141eb9588b71ff42c5002>

https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/lugar-de-fala?utm_source=search&utm_medium=ads&utm_campaign=trafego_portal&utm_term=00+-+%5BKW%5D+Din%C3%A2mico&utm_content=dinamico&gclid=Cj0KCQjw7KqZBhCBARIsAI-fTKLHPBNC_zvKTio7WBFybVIEGgkqzaRQ6oDG-yv_8JJxOb8qfuGrBPYaAsN7EALw_wcB

ARAÚJO, Roselene Cardoso e VIEIRA JUNIOR, Paulo Antônio. **Olhos d'Água e o lugar de fala da mulher negra**. Artigo, 2020

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/24210> Acesso: 23/09/2022

ALMEIDA SOARES, Marco Aurélio e VIEIRA, Magno. **Importância do lugar de fala nas lutas coletivas: o movimento LGBT e os atravessamentos causados pelo racismo**. Editora Ilustracao, 2020.

<https://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/7>

DO NASCIMENTO SAMPAIO, Alice; MARBACK, Heitor Ferrari. **Feminismo e o lugar de fala nas redes sociais**. Artigo, 2021

<http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/130658.pdf>

LUGAR DE FALA

Juliana Andrade Oliveira Amorim

O termo “Lugar de Fala” vem sendo utilizado de uma forma gradativa no cotidiano da população em geral, tendo em vista a publicidade de todos os atos no mundo atual e a necessidade dos mesmos serem corretamente aplicados no dia a dia de todos. Há hipóteses que pode ter surgido a partir da criação da Teoria Crítica Racial e do Direito, que ressalta-se, é uma importante luta pelo reconhecimento dos direitos civis de todos de forma igualitária.

Dessa forma, a discussão possui uma relação com o direito, tendo em vista que as vertentes aqui expostas buscam uma relação de poder. Nesse caso, o que pretende na utilização do termo é buscar pela possibilidade de dar voz a todos, inclusive aqueles que, pelo racismo, não eram vistos e escutados em uma sociedade patriarcal e racista.

Desse modo, por meio da sua voz, mostram a sua existência e seu poder, dentro da estrutura social vigente. Outrossim, a partir do momento em que um grupo que não tinha espaço para se posicionar e adquire essa responsabilidade, passa a poder compartilhar experiências em comum nos mais diversos grupos e nas mais diversas culturas.

Nada mais é que um reflexo da sociedade, tendo em vista que as pessoas que sempre assumiram as grandes responsabilidades e os lugares de alto poder são, majoritariamente, pessoas que não foram em nenhum momento excluídas do convívio em sociedade como a população preta.

Para Djamila Ribeiro, “lugar de fala” seria uma tentativa de analisar discursos diversos a partir da localização de grupos distintos e mais, a partir das condições de construção do grupo no qual funciona. Nesse sentido, conforme Djamila, existiria

uma quebra de uma visão dominante e uma tentativa de caracterizar o lugar de fala da imprensa popular de novas formas.

Por tais razões, reconhecer o racismo estrutural é medida que se impõe para dar o reconhecimento igualitário às pessoas que o sofreram, devendo estas explanarem os seus pensamentos como qualquer outro grupo por inexistir razão para uma discriminação racial.

Segundo a vertente de Silvio Almeida, jurista e filósofo, doutor em filosofia e Teoria Geral do Direito pela faculdade pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, presidente do Instituto Luiz Gama Silvio Almeida e autor de "Sartre: direito e política", o racismo estrutural é tratado como patologia social atribuindo aqueles que são racistas algum tipo de problema, como por exemplo de caráter, sendo, portanto, tratado como uma anormalidade. No entanto, ressalta-se que deve ser tratado como normal por constituir as relações no seu padrão de normalidade, ou seja, é uma forma de racionalidade por constituir as ações consciente e inconscientes na estrutura social.

Nesse sentido, é necessário ter a clareza do conhecimento de que essas pessoas precisam da idealização do Lugar de Fala, para que seja reconhecida e alterado o que a sociedade construiu ao longo dos anos. Cita-se:

Mais problemático do que posturas que alimentam o racismo é a miopia social, ou seja, o não reconhecimento que a diferença, a discriminação e o preconceito existem, e a falha em considerar brincadeiras, apelidos e tratamentos violentos aos que são negros podem, na prática, significar a produção do racismo. (MORAES, p.74)

Seguindo este raciocínio, esclarece Olmaro Paulo Mass e Pedro Almeida da Silva que o racismo estrutural decorre desde os primórdios da história. Ressaltam que as relações foram fundamentadas a partir da hierarquia das raças, onde os europeus eram os “mais inteligentes e capacitados”, enquanto as populações “negras e indígenas eram vistas como animais sem almas”, razão pela qual justificava a possibilidade de serem violentados pelos seus senhores.

Por fim, mas não menos importante, necessário o reconhecimento de que as pessoas negras devem ocupar cargos igualmente aos demais, tendo em vista a ofensa racial desencadeou que um grande número de pessoas migrasse aos núcleos centrais,

consequentemente ocasionando um grande fluxo migratório para os grandes centros urbanos, ampliando as periferias das cidades (GONZALEZ, 1982).

Conclui-se, portanto, conforme muito bem elucidado por Djamilla Ribeiro que “há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade.” (RIBEIRO, p. 51).

Muito bem clamou Daniel Cruz Fonseca em seu poema Calei, ao escrevê-lo: *“Em meio a tantos abusos; Tantas mentiras repetidas; Tanto desejos reprimidos; Já tonta beijando a lona; Me calei; (...) Enquanto me calava; Falaram mentiras sobre mim; Reprimiram-me, me abusaram; Fui dopada e apanhava; Cortaram minhas asas de querubim”*.

Sendo assim, necessário que as pessoas tenham suas falas reconhecidas, inexistindo motivos para que outros grupos os calem diante da necessidade de dar importância a todos, independentemente de qualquer empecilho anteriormente criado por uma estrutura social preconceituosa e arcaica.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Rev. Katálysis** Vol. 25 nº. 2 Florianópolis, 2022.

MASS, Olmaro Paulo. SILVA, Pedro Almeida. Racismo estrutural na sociedade brasileira e a exclusão social. **Revista Opinião Filosófica**. Editora Fundação Fênix

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional**: dez anos de ações do 8GT Racismo no MPPE /Fabiana Moraes; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE-GT Racismo. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

Canal Curta. Curta! Livros | O que é lugar de fala?. Youtube, 21/12/2017. Disponível em: <https://youtu.be/S7VQ03G2Lpw> . Acesso em: 21/09/2022.

CRUZ Daniel. **Alma Riscada**. Ramalhete, 2022.

LUGAR DE FALA

Larissa Ramos Frensch

Em face do atual cenário em que a busca por igualdade de direitos tem se tornado pauta para muitas discussões, o lugar de fala, tem ocupado um papel crescente nas organizações, ressaltando o silenciamento das classes consideradas minorias ao longo da história e sua busca constante por direitos e voz dentro da sociedade ligada à identidade e política.

Lugar de fala se viabiliza em questões de entendimento de que todas as pessoas estão inscritas em determinados contextos discursivos, inclusive as que sempre estiveram no diagrama saber-poder, e a maneira para expressar seus pensamentos sobre outros movimentos para qualquer tema, como, o caso de homens brancos poderem refletir sobre as situações, porém dentro do seu ponto de vista e realidade de classe, não sendo de forma alguma comparado a forma vista que uma mulher negra ou qualquer outro grupo invisibilizado teria em cima do assunto discutido.

Segundo Norberto Bobbio (2002, p. 115), apesar de serem em peso, segundo estatísticas populacionais, a maioria dentre as classes, as mulheres são inseridas dentro dos grupos minoritários partindo do pressuposto em que a noção de minoria decorre da obtenção de direitos, e pela vulnerabilização instalada nesta classe devido a historicidade. Com base nisso, é de crucial importância entender o empoderamento feminino, onde, empoderar significa “conceder a alguém o exercício do poder” (VERNIER, 1996), ou seja, atribuindo às mulheres igualdade de direitos, convertendo a mulher em sujeito ativo na sociedade, visando adquirir controle e autonomia para liberdade de decisões.

De acordo com Djamilia Ribeiro, filósofa, mulher negra e feminista, lugar de fala pode ser entendido como a reivindicação da existência dos corpos subalternizados, ou seja, a procura por visibilidade e plenos direitos básicos aqueles

que foram inferiorizados ao decorrer do tempo devido as dominações de classes. Nesse sentido, em seu livro 'O que é lugar de fala?' Integrado na coleção 'Feminismos plurais', a autora transmite total segurança acerca do assunto e traz fatos justamente por ser inserida na última posição de uma hierarquia social, atravessando a raça, classe social e gênero e ter vivenciado ambas as discriminações. Mostrando como o mundo pode ser mudado com a autonomia da fala.

Ainda acerca do livro redigido por Djamilia Ribeiro, onde é trazida a importância do lugar de fala da mulher preta na sociedade patriarcal, que já ocasiona muita luta. Em um de seus capítulos, ela traz a abordagem de que mulheres negras, estão inseridas em uma classe mais baixa do que a de mulheres brancas, adentrando que a universalização do movimento feminista é entendido como uma problemática considerando que a homogeneização é inviável de acordo com os pluralismos existentes entre cada indivíduo e sua vivência.

A mulher em seu todo, sempre teve de respeitar e zelar por seu lar, estando cem por cento comprometida com sua família, porém em 1932, quando o Código Eleitoral garantiu o voto feminino, mesmo que válida apenas com autorização de seu marido, é notável a mudança gerada em meio a classe de mulheres e as demais, visando sempre a procura por direitos. A luta e movimentos em vigência da garantia de direitos só está começando, onde a história e suas influências sempre terão uma parte culposa nos acontecimentos e conceitos fundamentados na atualidade, resta a todos abraça-los de modo a colaborar e compreender a profundidade da dificuldade que é lutar por algo que deveria ser seu. Acarretando a luta

por direitos por parte da mulher sendo uma das mais difíceis, atrás dos movimentos anti-racistas.

Contudo, é notório o modo como todos os grupos que foram "invisíveis", durante décadas, têm lutado incessantemente por direitos e equidade nos meios vigentes, fazendo sua voz ser de fato ouvida, apesar de suas diversificações de realidades, buscando representação. Visando criar um ambiente mais justo, democrático, fraterno e igualitário para garantir a igualdade de direitos e oportunidades, e não privilégios. Portanto, garantir a efetivação do direito à

igualdade necessita da formulação e implementação de políticas públicas pelo Estado.

Depreende-se do texto, a importância da fala e seu ponto de vista sobre cada um, entretanto não se trata de um ato individualista, e sim algo que leva ao comum de todos que lutam pela igualdade de direitos, garantindo para os que se sentem inferiorizados por pensamentos enraizados do passado e do patriarcado, a segurança de possibilidade de alcançar uma vida sem discriminação e desrepeito. Levando a todos uma sociedade liberta, e possibilitando acesso a direitos para as gerações futuras, tirando o amargor das dificuldades em ser escutado de fato, possibilitando um melhor convívio e fluidez aos meios sociais.

REFERÊNCIAS

<https://eds.s.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&sid=c1c856f6-2e5e-4490-a356-4dee6375a3a3%40redis>

<https://www.scielo.br/j/ha/a/WrqXLFMHpLHgGZCpnph8wCM/?lang=pt>

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3MRGs8LXFfbLmgC6J4gTLcb/?lang=pt>

<https://eds.s.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=0c3b0af5-e227-4894-9cc9-f689d1c66003%40redis>

LOCAL DE FALA

Júlia Condé Dantas

A reflexão sobre “Lugar de Fala” engloba diversas perspectivas as quais se fazem necessárias se elucidar e se debater ao longo da formação social. Em primeira análise, há um pensamento equivocado e que muitas vezes se confunde com a representatividade, na qual apenas aquele que está no papel de subalterno deve falar sobre as violências e opressões as quais vive em sua realidade. Ademais, o ponto de vista do local de fala deve transcender a bolha em que o indivíduo se encontra visto que, a luta por dignidade, isonomia e garantia dos direitos humanos deve emanar de todos os grupos sociais.

Em segunda análise, é de extrema importância vislumbrar a relevância da escuta de vozes que são oprimidas. Djamila Ribeiro, em *O que é local de fala?*, de 2017, mostra isso quando se refere a uma fala de Sojourner e diz: “O que a voz de Sojourner traz, além de inquietações e necessidade de existir, é evidenciar que as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo” expondo a realidade vigente na qual, as vozes que são oprimidas, por muito tempo, já gritam e a humanização desses indivíduos tem sido negadas através do amplo e nocivo silenciamento. Nesse sentido, Simone de Beauvoir traz uma categorização do *Outro*, em *O segundo sexo*, de 1949, na qual mostra a mulher sendo sempre determinada em detrimento do homem e através do olhar do homem, esse por sua vez, a colocando em uma escala de subalterna e submissa. Sendo esse *Outro* o expoente de divergência do que ela categoriza como o *Mesmo*.

Os judeus são “outros” para o anti-semita, os negros para os racistas norte americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. (BEAUVOIR, 1980b, p. 11).

Em consonância com Djamila: “para a filósofa francesa, a mulher foi constituída como o *Outro*, pois é vista como um objeto”. Através dessa

categorização e ponto de análise que se observa a desumanização desse *Outro* e visando o seu silenciamento encontra-se uma relação de apagamento da subjetividade do indivíduo, da sua identidade, da sua história, da sua constituição e a sua integridade.

Dessa maneira, para que seja possível o pleno entendimento sobre o local de fala se é fundamental a escuta, a busca por conhecimento, o entendimento social histórico cultural que permeia a realidade a qual cada cidadão se localiza. E a partir disso, compreender como individualmente se insere nessas relações de opressão as quais por diversas vezes são analisadas no dia a dia. Juntamente com esse pensamento, deve haver a compreensão de cada um dentro das lutas contra as desigualdades, vendo como se encontra dentro dessas relações.

Para elucidar todos os pontos abordados até aqui, Viola Davis, atriz negra e produtora norte-americana, vencedora de um Oscar, um Emmy Award e dois Tony Awards, em sua

entrevista para o *Fantástico - O show da vida*, na Tv Globo, fala que sente a conexão entre as pessoas pretas (norte-americanos, sul-africanos e brasileiros) e que estamos a um porto de separação (fazendo alusão aos portos que recebiam escravos oriundos da África) existindo essa impressão de distância mas que na verdade não estamos. Essa fala de Viola Davis mostra o quão é inerente e perpetuante até os dias atuais essa visão de distanciamento e separação dos grupos invisibilizados e que isso é uma falácia perpetuada em uma tentativa da forclusão, conceito psicanalítico elaborado por Jacques Lacan, dessas classes oprimidas.

A construção social sobre esse local de fala permite com que cada cidadão se sinta incluído, pertencente e necessário na luta por igualdade. Cada qual, em seu local, em sua realidade, com a sua contribuição, com a suas bagagens visando um bem comum, uma superação das diferenças, das opressões e das segregações as quais existem no mundo. Djamilá no findar de seu livro, *O que é local de Fala?*, de 2017, profere as seguintes palavras:

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém

quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade. Não à toa, iniciamos esse livro com uma citação de Lélia Gonzalez: “o lixo vai falar, e numa boa”.

Magistralmente, Djamilia troca em um ponto indispensável de reflexão. O apagamento e velar dessas vozes, ou até mesmo o “voz de ninguém” pautada em defesa da causa e não da voz daqueles silenciados, é abordado, habitualmente, por aqueles que sempre foram ouvidos e privilegiados. A partir do momento em que vozes que, antes eram marcadas pela opressão da omissão, têm visibilidade, espaço e força para que o seu grito seja escutado a oposição arraigada de privilégios se sente ameaçada, envergonhada e denunciada por essa realidade. No trecho a seguir, Djamilia aborda essa marcação:

Ideias e verdades desagradáveis seriam mantidas fora da consciência por conta da extrema ansiedade, culpa e vergonha que elas causam. Mais além: o medo branco ou manter-se “inconsciente” diante dessas verdades e realidades protegeria o sujeito branco de ter que lidar com os conhecimentos dos “Outros”.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Djamilia. O que é local de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

DANTAS DE FIGUEIREDO, Mariana; CRISTINA TEIXEIRA, Juliana; DE OLIVEIRA FEITOZA, Luciana Bandeira. Mulheres sertanejas cordelistas e a organização de um espaço de fala no cordel feminino. Revista **eletrônica de ciência administrativa**, Curitiba (PR) Vol. 20 Issue 4, p 648-682. 35p, 07/21

BRANDÃO MATTOS, Marcelo. O "lugar de fala" e as “falas do lugar” na enunciação literária: o dilema pós-colonial. **Literatura: Teoría, Historia, Crítica.**, Vol. 23 Issue 1, p161-184. 24p. .ene-jun 2021

MARIE-GRENIER, Pezé. Forclusão do feminino na organização do trabalho: um assédio de gênero. **Associação Brasileira de Engenharia de Produção**, São Paulo (SP), vol.14 no.3, Sept./Dec. 2004.

DAVIS, Viola. Viola Davis fala sobre a infância na pobreza, a carreira e o treino pesado para interpretar uma guerreira no cinema. **Fantástico - o show da vida**. 18 de setembro de 2022 <https://globoplay.globo.com/v/10947074/?s=0s>

LUGAR DE FALA

Ricardo Menezes Marques Tocchio

No contexto atual, para falarmos de lugar de fala na sociedade brasileira, nos remetemos ao contexto colonial e pós-colonial, pois a identidade da sociedade brasileira se remete a esses períodos, em que com tanta violência e brutalidade, se formou hoje o que chamamos de Brasil. A usurpação da liberdade desses povos, sejam eles indígenas ou negros, utilizados como mão de obra escrava pela elite, burgueses e senhores de escravos, deixou não só uma mancha na história do Brasil, como também uma ferida aberta que talvez nunca venha se curar. Ferida essa que muita das vezes, é lembrada em forma de tratamentos, em uma fila de banco, ou por estar dirigindo seu carro que é seu meio de trabalho e ser confundido com um assaltante por ter “características parecidas” com a do suspeito e quando chegar à delegacia e na tentativa de explicar ou quiser saber o porquê de estar ali, ser tratado com desprezo e não ser ouvido, a escravidão assim chamada no período colonial, chamamos hoje de racismo, seja ele estrutural, de gênero, cor, raça, religião e classe social.

As mazelas dessa estruturação racial se formaram ao longo do término do período pós-colonial, a forma que a Elite e o Estado usaram para calar vozes, que muita das vezes tentou mudar a história do Brasil. A identidade desses indivíduos foi esquecida ao longo das mudanças no país, por uma decisão patriarcal, usado pela Elite portuguesa na época, pois o medo de perder o controle de suas colônias estipulava assim como e onde poderiam buscar conhecimento, ou por uma forma politizante de não deixar em evidências um público que não tinha mais valor, nem mesmo intelectual, e assim foram esmagando e sufocando esse público menor, deixando escondidas vozes, que com suas experiências próprias vividas, poderiam de alguma forma mudar a visão e a forma de entender o que é de fato ser um negro ou índio no país. Isso traz após muitos anos para os dias atuais, onde com as mudanças culturais, é o que vemos hoje acontecendo, muitos, sejam eles mulheres,

índios, negras, brancos, querendo poder falar e dar voz a suas experiências e tentar mudar de alguma forma ou simplesmente serem escutadas, sendo menosprezados, ridicularizados e questionados, por não fazer parte do lugar de fala que é destinado, conforme citado por Djamila Ribeiro (2017, p.35) “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades.”.

Mas ainda existe uma política institucional, fruto de uma ferida que determina onde e quando essas pessoas devem se evidenciar, essa política que nunca mudou a forma de tratar a minoria, hierarquizando e subornando esses indivíduos, pelo simples fato de não querer perder o controle sobre elas e não poderem mais dizer até onde podem ser evidentes, esse medo ou pavor é visível, pois em nosso meio surgem vozes capazes de mudar e formar pensadores que vão em desacordo com a visão dessa política racial estrutural, ou que entenderam como a falta de uma estrutura de socialização, digna e correta, deveria ter sido feita e não de hierarquizar socialmente a população, quando se findou a colonização, conforme citado por Djamila Ribeiro (2017, p.36) “As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada [...]”.

O lugar de fala, deve sim dar vozes a muitos esquecidos (as), a fim de gerar uma visão mais ampla e aberta das experiências adquiridas no mundo, como forma de expandir os horizontes, os pensamentos, buscando assim uma compreensão do que realmente é o lugar e onde devemos e podemos falar, segundo Merleau-Ponty, (2006: 3) “Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência [...]”. Partindo dessa idéia de que qualquer pessoa que tenha uma experiência de vida, seja ela com trauma ou não, evidenciar e poder dar voz àqueles que não podem, sendo assim não esperar que essas vozes e experiências de vidas sejam de não só negro falar sobre situações de negros, de índios falar sobre assuntos de índios, mas deixando aberto à sociedade dialogar e debater sem serem ridicularizados, por ser um branco tratando de uma questão racial negra e ele nunca “ter vivido como negro”.

Mas que essa idéia abra a mente daqueles que vivem na neutralidade e dizem que por não estar na mesma vivência que a outra, não possa falar ou defender certo

tipo de pessoa e se evidenciar e dizer que a partir daquele momento que ela levanta a voz, essa pessoa que não tem um lugar de fala ali, será representado por ela, mas não só da boca para fora, que não seja só de momento e que as palavras sejam verdadeiras e sinceras ao ponto de conseguir uma mudança, segundo Danner (2020, p. 64,65) “O/a menor não pode falar e nem tem condições de falar por isso, o sujeito maior, como tutor desse menor, deve falar por ele.”

REFERÊNCIAS

DANNER, Francisco Lenner *et al.* Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: Reflexões desde a literatura Indígena brasileira. **Alea**, Rio de Janeiro, vol. 22/1, p. 59-74, jan-abr. 2020.

MERLEAU-PONTY, Michel. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiras. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.123, p.77-96, dez. 2020.

Ribeiro, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

LUGAR DE FALA

Matheus Barbosa Reis

Refletir sobre lugar de fala me levou a uma fome incansável por “cavar” conhecimentos escondidos pela sociedade dominante, eu quero percorrer o caminho da raiz até a copa da imensa árvore da dominância da cultura e história eurocêntrica ocidental.

A internet ampliou drasticamente o raio de alcance de ideias e padrões, antes regionais, provocando a soma desses, que quando convergentes, semelhantes, não só eram mantidos, mas também fortalecidos, haja vista que refletem comportamentos e linguagens predominantes, e como são marcados assiduamente por traços coloniais, essas funcionam como rodas dos eixos opressores da sociedade que constituem estruturas discriminatórias.

“De que forma sua imagem ajuda a determinar seu lugar de fala?”(Corporalidade midiática,2022)¹. Tal ambiente promove um espaço de voz, cultural e política, a grupos silenciados historicamente, nesse caso das gordas e/ou negras, no qual é possível mostrar e defender/lutar por suas diferentes realidades, singularidades. Em sua pesquisa, porém, observa-se que os algoritmos das redes, neste caso do Instagram, confirmam as desigualdades de visibilidade, de voz, na medida que priorizam as hegemonias (os mais agradáveis e desejáveis aos olhos), materializando-se em corpos brancos, magros, heterossexuais e sem deficiência (Corporalidade midiática, 2022)¹ e forclusam (Rene, 2022)² corpos gordos, negros, homossexuais e com deficiência, o que envenena os recém-nascidos movimentos de luta por seu lugar de fala, sobrevivendo apenas através da adequação das Instagrammers a no mínimo um padrão hegemônico, o que o livro vai chamar

¹ Livro Corporalidades midiáticas: mulheres gordas, interseccionalidade e lugar de fala em explosão semiótica no Instagram, REVISTA FRONTEIRA - ESTUDOS MIDIÁTICOS, 2022

² Forclusão: termo com sentido de apagamento retirado de uma aula expositiva do PROF. RENE MARC, 2022

de eixo (profissional com um status respeitado, estético e econômico do Instagram com a utilização de filtros, divulgação de marcas reconhecidas, ...), de onde se conclui que a existência real de um espaço de voz plural é praticamente uma utopia.

A professora e feminista negra Lélia Gonzales, ao meu ver foi assertiva ao identificar a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população (O que é lugar de fala?, 2019)³ como sendo o fio condutor que explica e trás a tona a lógica de superioridade basilar e dirigente das ações do homem branco, principalmente o europeu, há mais de 2000 mil anos vigente. Lógica a tal, foi se estruturando através de guerras desprovidas de paridade bélica, até se constituir nessa fortaleza presente na Pós-Modernidade, na qual a invisibilização de outras experiências de conhecimento se intensificou. Ela “critica a imposição de uma epistemologia universal que desconsidera o saber das parteiras, povos originários, o saber médico de povos colonizados ...” (2019)³ e concordo com ela quando afirma que para descolonizar e desautorizar pensamentos e atitudes é preciso se ater as singularidades interseccionais, identidades sociais das pessoas componentes da sociedade em questão.

Porém, discordo do entendimento da professora Lélia, e da grande maioria dos ativistas pela pluralidade do lugar de fala, de que grupos sociais distintos devem ter reconhecidamente como direito “pontos de partida” distintos, em todos os fatores que os diferenciam, eles devem sim ter direitos que os tratem desigualmente no âmbito educacional, objetivando chegar-se a valorização equiparadas em termos de formação intelectual, acesso a instituições acadêmicas de qualidade (igual as oferecidas aos grupos mais abastados neste mesmo aspecto - educacional), o que é claro que abrangerá majoritariamente grupos que tenham em comum cor de pele negra, devido a posição inferior no mesmo aspecto, que esses foram impostos no período colonial. Medida, a qual, corroborará para a diminuição da invisibilidade e silenciamento dos negros. Em relação a pontos de partida distintos para diferenças de gênero, racial, religiosa, axiológica e fenotípica acredito não ser justo olhar diferente com direitos, haja visto que dessa forma se criará tratamentos desiguais

³ Livro O que é lugar de fala?, DJAMILA RIBEIRO, 2019

para tais grupos, no máximo olhar diferente com punições, para que quem não iguale o tratamento entre pessoas sobre tais diferenças seja punido pontualmente. Vale ressaltar também que a própria professora do CEUB, assessora do STF e pesquisadora dos movimentos feministas Cristine afirmou que: “nós mulheres não precisamos de mais direitos no papel, realmente não precisamos, o que temos é mais do que suficiente” (II Mulheres Eternas, 2022)⁴. Mas fundamental olhar e tratar diferente semioticamente do que é atualmente, uma realidade de lugares de fala desiguais, para que assim se construa pensamentos e comportamentos de igual valorização para com todos.

Investigar lugar de fala, sem levar em consideração um olhar interseccional, trará um esclarecimento parcial acerca de sua amplitude e profundidade. “A proposta de lugar de fala é focar na ‘diversidade de experiências’ com o intuito de desconstruir a universalização” (Corporalidade midiática, 2022)¹. É preciso entender as posições hierárquicas segundo raça e gênero (errôneas a propósito) para poder efetivar medidas públicas que de fato dê voz a todos os grupos, abrangiam todas as singularidades comuns nos grupos e, como um objetivo prático final, tenha espaço/ visibilidade para representantes de cada grupo na elaboração de tais políticas (O que é lugar de fala?, 2019)³. Medidas essas exemplificadas por intervenções artísticas urbanas, principalmente, e rurais, as quais, segundo o estudo científico *A rua fala 5*, contrapõe a norma padrão (cada um cuida do seu espaço), possuindo um caráter transgressor, disruptivo ao darem espaço de fala às pessoas. O potencial comunicativo de tais intervenções expressa um exercício estratégico de poder, tendo em vista que cria-se uma interação, há uma reflexão com o intuito de interpretar a mensagem, e a adequa-la à realidade, como diz Martino: “É, pois, no contraste cultural e no impulso de superar as diferenças que a comunicação se torna visível e supera os entorpecimentos das relações comunitárias” (*A Rua fala*, 2018)⁵.

Destarte, compartilho do entendimento de que não existem singularidades superiores, ou seja, que mereçam mais respeito, valor e reconhecimento, por isso

⁴ Vídeo II Mulheres Eternas, CANAL DO YOUTUBE DO CEUB, 2022

⁵ Livro *A RUA FALA – BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO: RELAÇÕES ENTRE EXPRESSÃO VIA INTERVENÇÕES VISUAIS URBANAS, PROCESSOS SÓCIO- CULTURAIS E MORFOLOGIA URBANA*, UNICEUB, 2018

apoio tais movimentos ativistas na medida em que lutam por valorização, em nível de paridade, dos seus respectivos grupos silenciados. Porém acredito que há vertentes em alguns movimentos que não buscam sua valorização a grau de equidade, mas buscam reverter tal sobreposição de direitos, como o caso de grupos homossexuais quererem abolir a palavra “mãe” da língua portuguesa, proposta a qual transcende o direito deles e invade o de outros, colocando-se acima dos outros. Em suma, “melhorar o IDH de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o IDH de uma cidade, de um país. E para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (O que é lugar de fala?, 2019)3.

LUGAR DE FALA

Meiriele de Moraes Ávila

No dia 16 de setembro deste ano, o jogador da Seleção Brasileira e do Real Madrid, Vinícius Júnior sofreu racismo por parte do presidente da Associação Espanhola de Empresários de Jogadores, Pedro Bravo; “Você tem que respeitar o adversário. Quando você faz um gol, se quer dançar, que vá ao sambódromo no Brasil. Aqui o que você tem que fazer é respeitar os companheiros de profissão, e deixar de fazer macaquice”, disse Bravo; Logo após toda a repercussão negativa, Pedro Bravo foi às redes sociais se justificar dizendo que “hacer el mono” (“fazer macaquices”) seria uma maneira de falar e significava fazer besteira; Com isso, pode-se ver que hoje em dia se até um dos melhores atletas, que vem se destacando, ganhando troféus e brilhando no futebol passa por esse tipo de situação, imagina as pessoas que não tem voz, que além de serem negras e discriminadas por isso, são também pobres e piora ainda se forem mulheres, essas pessoas não têm espaço dentro da sociedade, elas são caladas todos os dias e isso não vira notícia, não é gravado nem sequer citado, é preciso passar a fala à elas, deixar que falem, que se façam entender, pois só quem sente na pele, literalmente, é que entende; assim é necessário deixá-las que tomem seu lugar de fala e aprender que mesmo não sendo preto, pobre, mulher, ou LGBTQIA+, temos o papel de apoiar essas causas e de fazer o mínimo que é ter respeito pelas pessoas independente da suas origens e orientações.

Lugar de Fala é a propriedade que as pessoas possuem para falar de experiências vividas, todos têm o seu lugar de fala e isso não quer dizer que se possa falar apenas sobre o grupo ao qual se pertence mas que nesse contexto só você irá de fato conhecer; O lugar de fala dá espaço para todas as vozes e diferentes vivências, principalmente aquelas jogadas à margem da sociedade; é preciso representatividade em âmbitos importantes como a política, por isso existem as cotas dentro do governo, principalmente para mulheres que são muito pouco presentes dentro do

congresso, esse assunto é abordado no periódico científico acadêmico *Lugar de fala e a discussão sobre cota de gênero nas eleições: uma perspectiva de compreensão transdisciplinar a partir da música “O que se cala”*, em que tem a seguinte fala:

“As mulheres terem conquistado o direito ao voto ainda em 1934 e a Constituição de 1988, além de garantir a universalidade do direito ao voto, ter assumido o compromisso de construir uma sociedade calcada na dignidade da pessoa humana, na cidadania e no reconhecimento dos valores democráticos da liberdade e da igualdade, a sub-representação política das mulheres ainda reflete a desigualdade que caracteriza as relações de gênero na esfera pública e espaços de poder”¹.

A partir disso vê-se a necessidade de pessoas oprimidas dentro da política para que o lugar de fala seja ouvido, para que o discurso seja feito pelos oprimidos e não apenas sobre eles, a filósofa Djamilia Ribeiro diz em seu livro *O que é lugar de fala?* que as desigualdades de oportunidades que diferentes grupos são submetidos interferem nas rodas de discussões, então é fundamental dá abertura à esses debates e deixar que falem, até porque só é escutado normalmente, homens, héteros, brancos e ricos e todos os privilégios do mundo são voltados para eles, eles não têm uma noção real do que é ser desrespeitado por características físicas ou sociais e por isso discursam dentro de uma universalidade, a ideia do lugar de fala é ser mais específicos nas causas, é mostrar que pessoas de lugares diferentes vivem coisas diferentes e uma não tem que discutir sobre a vivência da outra, porém todos podem lutar por diferentes causas, o ponto é entender o seu papel dentro da luta.

Uma outra importância do lugar de fala, além de dar o poder de ser escutado, é também oferecer a oportunidade de conhecer mais sobre aquele assunto, sobre os costumes, dificuldades, sentimentos e afins, é desconstruir as ideias e preconceitos que se tem, é saber que estereótipos existem e podem até ser verdade mas que geralmente são incompletos e contados por ignorância. A falta do lugar de fala revela o problema de haver só uma versão da história e dela ser narrada por quem não passa por essa mesma história, por quem é extremamente favorecido e que possui o poder de contar a trajetória do outro sem nem mesmo conhecê-lo, Chimamanda Adichie diz em seu *TED: O perigo de uma única história* que “Tudo

¹ GOMES, M. S.; GABRICH, F. A. **Lugar de fala e a discussão sobre cota de gênero nas eleições: uma perspectiva de compreensão transdisciplinar a partir da música “O que se cala”**. Revista de Direito, Arte e Literatura, 2021.

realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa”², por isso o lugar de fala é de grande relevância para entender que há formas de saber mais sobre algo ou alguém sem ser por definições pré estabelecidas mas por genuína aprendizagem.

Atualmente, há muitos casos de racismo, de machismo, homofobia e muito mais, mesmo que desde os séculos passados tenha aliviado mais essas questões, há ainda hoje a humilhação e preconceito contra essas pessoas; Nas notícias ainda é comum ver manchetes que trazem esses temas e geralmente é com a morte de uma pessoa que participa de uma dessas causas, por exemplo: “Homem mata esposa com golpes de facão e limpa arma em Bíblia” (G1 - Globo, 2022); e ainda há muito mais casos assim, todos os dias, seja morte, espancamento, agressões verbais, estupros, entre outros. As pessoas que praticam esses atos violentos não buscam saber mais do outro, não buscam ter empatia, não tentam dar o lugar de fala aos que precisam, para elas apenas suas crenças e opiniões importam e se isso fere a dignidade de alguém, tanto faz. É por essas e outras razões que ter minorias em papéis e cargos relevantes dentro da sociedade é de suma importância para não abrir as portas para essas ações covardes e sim para aceitação das diversidades.

Portanto, é visto que o lugar de fala é sobre ponto de vista porém com domínio de certa situação vivida por quem conta, lugar de fala é sobre ser escutado e também sobre escutar, é sobre entender sua função no mundo e pelo o que se deve lutar, é pela representatividade e por não medir esforços para que se chegue aonde quiser, não porque se possui determinada característica como vantagem mas porque é ser humano e por isso é digno disso.

REFERÊNCIAS

CASSIANO, Ana Maria Morato. **Chimamanda Ngozi Adichie e “ The Danger Of a Single Story”**: um estudo sobre o perigo dos estereótipos. GN1 Genesis Network, 2020. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsair&AN=edsair.doi.7e5a4e1e2a0a1879c980a80639e8b612&lang=pt-br&site=eds-live&authtype=guest,shib&custid=s4_248629&groupid=main&profile=eds. Acesso em: 23 de setembro de 2022.

² ADICHIE, Chimamanda. **The danger of a single story**. Palestra proferida no TED Talks, Fevereiro de 2013

DE SOUZA, M. H.; BRITO, R. F. **Resenha do Livro de RIBEIRO, Djamila. O que é Lugar de Fala?**. Editora PUC Minas, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/19934>. Acesso em: 23 de setembro de 2022.

GOMES, M. S.; GABRICH, F. A. **Lugar de fala e a discussão sobre cota de gênero nas eleições: uma perspectiva de compreensão transdisciplinar a partir da música “O que se cala”**. Revista de Direito, Arte e Literatura, 2021. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=asn&AN=155272191&lang=pt-br&site=edslive&authtype=guest,shib&custid=s4248629&groupid=main&profile=eds>. Acesso em: 23 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ADICHIE, Chimamanda. **The danger of a single story**. Palestra proferida no TED Talks, Fevereiro de 2013. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

HOMEM mata esposa com golpes de facão e limpa arma em Bíblia, diz delegada. **G1, Globo**. Paraíba, 26 de agosto de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/08/26/homem-mata-esposa-com-golpes-de-faca-o-e-limpa-arma-em-biblia-diz-delegada.ghtml>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

VINÍCIUS JR. é alvo de fala racista em programa de TV esportivo na Espanha. **CNN Brasil**. São Paulo, 16 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/vinicius-jr-e-alvo-de-fala-racista-em-programa-de-tv-esportivo-na-espanha/>. Acesso: 16 de setembro de 2022.

LUGAR DE FALA

Geovanna Gravia Pimenta

1 Introdução

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, cerca de 1,2 milhão de crianças desaparecem por ano no mundo. No Brasil, a média de crianças desaparecidas por ano chega a cinquenta mil, segundo dados divulgados em maio pela Empresa Brasil de Comunicação. Ainda, o Distrito Federal registrou mais de 2 mil pessoas desaparecidas em 2021. Nesse contexto, uma reportagem do Correio Braziliense noticiou que um garoto de 13 anos, morador do Setor “O” de Ceilândia saiu para comprar balinha e desapareceu. Foi em 2012. Segundo a família, o percurso que deveria demorar 25 minutos fazia parte da rotina do menino. Mas ele não voltou para casa.

A comunidade de Ceilândia preocupada com o sumiço do garoto de 13 anos distribuiu 2 mil cartazes e 30 mil folhetos com a foto do garoto pelas ruas com o objetivo de encontrá-lo. Um vizinho desesperado acionou uma rede social com amplo alcance na cidade: Ceilândia Muita Treta. Depois que a foto do garoto circulou nas redes sociais do Ceilândia Muita Treta, a polícia conseguiu desvendar o caso e resgatar o garoto. O menino de 13 anos foi sequestrado por um pedófilo. Graças ao Ceilândia Muita Treta, a história teve um final feliz. O menino desaparecido voltou para casa. Com o desfecho, os administradores do perfil viram o poder de mobilização do portal e decidiram usar a ferramenta para ouvir e falar com a comunidade.

Para quem não conhece, o Ceilândia Muita Treta é um perfil nas redes sociais que existe tanto Facebook, Instagram quanto Twitter. Vargas e Saraiva (2019) lembram que o acesso às redes sociais ficou muito mais fácil nos últimos anos com a popularização dos smartphones. As autoras defendem que as tecnologias digitais são importantes ferramentas de articulação. Isso porque, por meio do mundo digital são

realizadas mobilizações capazes de resultar em ações e manifestações presenciais. O Ceilândia Muita Treta se apresenta como um perfil do povo, que fala do povo, para o povo.

O conteúdo divulgado no Ceilândia Muita Treta é informal, mas expõe problemas na periferia, como buracos na rua, acidentes de trânsito, crimes, etc. O Ceilândia Muita Treta fala dos problemas do dia-a-dia com humor e cria uma relação afetiva com a comunidade. Nas postagens é possível perceber a grande interação com a população da periferia pela grande quantidade de comentários.

Cabe destacar que mais do que somente representar a população de Ceilândia, o perfil Ceilândia Muita Treta é a voz da comunidade porque é formado pela população. Ou seja, os administradores recebem o conteúdo da comunidade e postam nas mídias. A própria população avisa onde está o buraco no asfalto, filma as brigas que acontecerem em bares, etc. Assim, o perfil atua como uma tradução das diversas vozes da comunidade periférica. O lugar de fala da comunidade periférica da Ceilândia é o Ceilândia Muita Treta.

Ribeiro (2017) esclarece bem a diferença entre os conceitos de lugar de fala e representatividade com o exemplo do político branco e da travesti negra. Segundo a autora, “uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa.” No perfil Ceilândia Muita Treta, a população periférica de Ceilândia assume o lugar de fala. Não é um perfil que fala sobre o periférico, é o periférico que fala no perfil.

2 Desigualdades e interseccionalidade

O objetivo do trabalho é analisar o lugar de fala da população da periferia do DF a partir de uma análise do perfil Ceilândia Muita Treta nas redes sociais. De acordo com o IBGE, o Distrito Federal possui a maior desigualdade do Brasil em relação ao rendimento domiciliar por indivíduo. Ceilândia é uma das cinco regiões administrativas do Distrito Federal que concentram quase a metade da população (48,4%) em situação de extrema pobreza, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Das 77.447 famílias com renda per capita abaixo de R\$ 89

mensais, 37.320 moram em Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Taguatinga e Brazlândia. Pensar sobre uma população periférica do DF, que concentra muitas pessoas em situação de extrema pobreza, nos coloca diante de uma minoria dentro da esfera do poder atravessada pelas pressões de geolocalização, classe social e poder aquisitivo previamente.

3 Ceilândia: Muita Treta como lugar de fala

França (2008) lembra que as cidades podem ser entendidas como um grande laboratório social. Para a autora, a cidade, além de ser um lugar de diferença, é também um espaço de segregação. Isso porque "os diferentes planos, zonas e papéis vividos na cidade não se entrecruzam em igualdade de condições". França (2008) ressalta que há uma forte hierarquização entre as pessoas, o que exclui uma grande maioria de direitos básicos, como saúde, educação, acesso à bens culturais e à fala.

A comunidade que mora em Ceilândia pertence a essa categoria de pessoas que acesso restrito a direitos básicos. Ainda, aqui entende-se que, para além da condição de morar na periferia, há uma série de combinações de outras características da identidade que tornam mais complexas as vivências sociais. Ribeiro (2017) retoma Collins (1990) para pensar a "intersecção das desigualdades". Ela explica que o entrecruzamento entre gênero, raça, classe, geração, por exemplo, podem colocar uma mesma pessoa em diferentes posições. Uma pessoa pode morar na periferia do DF e ser branca enquanto uma vizinha pode ser negra, por exemplo.

Ou seja, a intersecção das desigualdades nos permite pensar: onde o periférico fala? Onde o periférico e pobre fala? Onde o periférico, pobre e negro fala? Essas dimensões da identidade são essenciais para entender o lugar de fala. Porque o local social que o indivíduo ocupa, as vivências que ele tem, serão obstáculos para a dar legitimidade para o que ele fala e ele de fato ser ouvido pela população.

Todavia é primordial entender essas desigualdades. De acordo com Pilger, Saraiva e Rosário (2022), a interseccionalidade dessas dimensões busca combater o

que o autor Crenshaw (2002) chama de “superinclusão”. Ou seja, a interseccionalidade traz marcadores importantes que determinam outros privilégios e opressões. Por isso, são primordiais para um olhar menos redutor das situações. Por exemplo, não podemos pensar somente a comunidade periférica como uma única coletividade, é preciso entender a complexidade de estruturas sociais, culturais e históricas que são parte da identidade de cada indivíduo.

Para Pilger, Saraiva e Rosário (2022), ao cruzar raça, classe, sexualidade, deficiência e outros saímos de um olhar homogêneo de uma comunidade, por exemplo da população periférica, para desconstruir a universalização. E percebemos que a diversidade de experiências são fator primordial que cria opressões distintas à cada dos indivíduos.

4 Conclusão

Para finalizar, percebe-se no Ceilândia Muita Treta um lugar de fala da população periférica da Ceilândia. Retomando Vargas e Saraiva (2019), as redes sociais possibilitam que grupos realizem debates online e tenham as suas demandas ouvidas pela sociedade. O Ceilândia Muita Treta tem mais de duzentos mil seguidores no Instagram. Dentre eles, estão perfis da administração pública e de grandes jornais. É um espaço em que os moradores periféricos da Ceilândia expressam os problemas da cidade e são ouvidos. O Ceilândia Muita Treta dá legitimidade para quem está falando. Além do poder de mobilização do perfil ser imenso.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, V. R. V. “Convivência Urbana, Lugar De Fala E construção Do Sujeito”. Intexto, nº 7, dezembro de 2008, p. 47-57, <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3392>.

PILGER, C. R.; SARAIVA H. G.; ROSÁRIO, N. M.. "Corporalidades midiáticas: mulheres gordas, interseccionalidade e lugar de fala em explosão semiótica no Instagram." Revista Fronteiras. jan-abr2022, Vol. 24 Issue 1, p153-168. 16p.

RIBEIRO, D. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017

VARGAS, J; SARAIVA, K. Feminismos e redes sociais: (in)ações e (im)possibilidades de jovens de periferia urbana. Revista Práxis Educativa. Set-Dec2019, Vol. 14 Issue 3, p1188-1209. 22p.

LUGAR DE FALA

Yaná Jinkings de Azevedo

No Brasil e em muitos outros países podemos observar que os grupos marginalizados na sociedade (como negros, pobres, mulheres, indígenas, LGBTQIA+ etc.) ainda ocupam poucos espaços de poder, como cargos de chefia, cargos políticos, entre outros. Isso resulta em um silenciamento desses grupos em posições de prestígio e, por consequência, na dificuldade de se fazerem ouvir na sociedade. O fato de haver poucas vozes de representantes de alguns grupos sociais em detrimento de outros, reduz as possibilidades de um debate plural e com múltiplas perspectivas, e favorece a reprodução de preconceitos e injustiças sociais.

Segundo a filósofa e escritora Djamilia Ribeiro, lugar de fala é o lugar social, a localização dentro de uma estrutura hierárquica de onde uma pessoa de determinado grupo social fala. Não se restringe ao ato de emitir palavras a partir da vivência ou experiência pessoal, mas sim a partir das oportunidades que têm (ou não têm) de se pronunciar enquanto sujeito da experiência social (RIBEIRO, 2017).

Lugar de fala é um conceito importante para explicitar as dificuldades e limites que certas posições sociais impõem à fala dos sujeitos. É uma noção que permite identificar de onde vem cada um dos discursos que ocupam o debate público e, com isso, explicitar silenciamentos – ausências de perspectivas importantes, sobretudo ao tratar de temas que envolvem injustiças sociais. Por exemplo, é de se esperar que em um debate sobre desigualdades raciais estejam presentes vozes das pessoas que experimentam discriminações raciais. Isso não quer dizer que só estão autorizados a falar sobre racismo os negros, mas que é importante identificar racialmente de onde vêm as vozes que repercutem o tema (RIBEIRO, 2017).

A aplicação do conceito de lugar de fala não implica que há uma homogeneidade nos discursos dentro dos grupos sociais. O Guilherme Terreri Lima Pereira, mais conhecido pelo nome artístico Rita von Hunty, explica no seu canal de

youtube no vídeo “Lugar de fala e a confusão que se faz” que pessoas com lugares de fala muito próximos podem divergir radicalmente de opiniões ou de posições teóricas e políticas. Por outro lado, o uso do lugar de fala explicita que os discursos não são neutros. Eles se expressam a partir de posições sociais específicas e carregam marcas dessa origem. Não há um sujeito universal – ser humano – mas pessoas com raças, credos, orientações sexuais e vínculos e classes sociais distintas (TEMPERO DRAG, 2021).

A simples exposição de raça, gênero e orientação sexual dos sujeitos de fala nos espaços públicos altera as percepções quanto aos possíveis vieses de seus discursos e fomentam a reflexão quanto às suas origens e legitimidades. O trabalho de Hilan Bensusan (2021), intitulado “O lugar da fala do lugar de fala: sobre escuta e transversalidade” é um exemplo provocativo da influência das transversalidades que atravessam os sujeitos de fala e de como o conhecimento de seus lugares de fala habilitam uma leitura diferenciada de suas falas.

Deve-se ressaltar que, em nossa sociedade, o discurso que busca falar em nome de um ser universal, em geral, expressa posições e interesses do grupo dominante (masculino, branco, heterossexual, de classes médias e altas). A busca por um discurso universal tem sido usada – ainda que nem sempre de forma deliberada – para esconder o viés de origem do discurso dominante. A filósofa Linda Alcoff, em sua obra *The Problem of Speaking for Others* (O problema de falar pelos outros), argumenta que

certas localizações privilegiadas são discursivamente perigosas. Em particular, a prática de certos indivíduos privilegiados de falar em nome de indivíduos menos privilegiados tem resultado (em muitos casos) em aumento ou reforço na opressão do grupo do qual se fala por (ALCOFF, 1991).

É importante tomar consciência do quanto o “falar pelo outro” pode ser em si um gesto opressor. Muitos representantes dos movimentos sociais passaram a requerer que se leve em consideração o lugar de fala como prerequisite da produção cultural e acadêmica, quando esta diga respeito a experiências vivenciadas por segmentos oprimidos (BRANDÃO MATTOS, 2021). A exigência de menção ao lugar de fala contribui para evidenciar o silenciamento de vozes dos grupos

historicamente marginalizados e expõe a impostura daqueles que buscam falar em seu nome.

É importante destacar que lugar de fala e representatividade dizem respeito a ideias distintas. Enquanto a representatividade está relacionada à presença dos diversos grupos sociais nos espaços de poder, o lugar de fala busca identificar essas desigualdades na produção dos enunciados que circulam nesses espaços. Dessa forma, são ideias que se complementam. Afinal, a partir do momento em que há representantes das camadas marginalizadas da sociedade nos diversos espaços de poder, ou seja, nos lugares produtores ou amplificadores de discursos, maiores são as chances dessas camadas de serem ouvidas (GORJON, MEZZARI e BASOLI, 2019).

A aplicação do conceito de lugar de fala nos leva a pensar sobre a proporcionalidade de representantes dos diversos grupos sociais na produção dos discursos que circulam em nossa sociedade. A desproporcionalidade de parlamentares negros, indígenas, LGBTQIA+ e mulheres no Congresso Nacional dá uma ideia das desigualdades nesse importante espaço de poder e aponta para o silenciamento ou sub-representação desses grupos em vários dos debates de interesse nacional. Na última legislatura, por exemplo, a maioria dos eleitos na Câmara dos Deputados são homens e brancos – de acordo com pesquisa feita pelo G1 (2018). Dos 513 cargos de deputados, apenas 77 (15%) estão ocupados por mulheres. Os homens conquistaram 436 vagas na Câmara – o que corresponde aos 85% restantes. Quando analisamos a etnia, 75% dos deputados são brancos, 24,4% são negros (pretos e pardos), 2 deputados amarelos e uma deputada indígena. Isso nos leva à pergunta: como os diferentes interesses, vivências e necessidades de grupos tão diversos podem ser representados em um espaço tão fortemente dominado por um único grupo social?

Em uma sociedade como a brasileira, marcada por fortes desigualdades sociais e discriminações relacionadas à raça, gênero, classe, orientação sexual, dentre outros, a exposição dos lugares de fala de cada um dos que acessam os espaços de poder, em especial na política, na academia, na produção de conteúdos culturais, na imprensa e nos grandes conglomerados econômicos contribuiria sobremaneira para uma escuta mais crítica dessas vozes. O que poderia impulsionar

seus movimentos de lutas no enfrentamento dos preconceitos e discriminações que sofrem, além de favorecer a reversão de injustiças sociais tão gritantes.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. **The problem of speaking for others**. *Cultural critique*, n. 20, p. 5-32, 1991. <https://doi.org/10.2307/1354221>

BENSUSAN, Hilan. O lugar da fala do lugar de fala: Sobre escuta e transversalidade. **Revista Ártemis**, vol. XXXII no 1; jul-dez, 2021. pp. 378-400. Disponível em <<https://eds.p.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=3604d78e-6196-4644-b5e8-f58816a972a6%40redis>> Acesso em 16/09/2022

BRANDÃO MATTOS, Marcelo. O ‘lugar de fala’ e as ‘falas do lugar’ na enunciação literária: o dilema pós-colonial. **Literatura: teoria, história, crítica**, v. 23, n. 1, p. 161-184, 2021. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.15446/lthc.v23n1.90598>>. Acesso em 17/09/2022.

G1. **Perfil médio do deputado federal eleito é homem, branco, casado e com ensino superior**. Matéria de 21/10/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/21/perfil-medio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghtml>>. Acesso em 19/09/2022.

GORJON, Melina Garcia; MEZZARI, Danielly Christina de Souza & BASOLI, Laura Pampana. Ensaio de lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. **Quaderns de psicologia. International journal of psychology**, v. 21, n. 1, p. e1455-e1455, 2019. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1455>>. Acesso em 21/09/2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

TEMPERO DRAG. **Lugar de fala e a confusão que se faz**. YouTube, 16 de dez. de 2021. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=bTcGz3ITidg>>. Acesso em: 17/09/2022.